



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 1194.2025.01AJ-SUBADM.2028692.2024.024244

PROCESSO Nº 2024.024244

ASSUNTO: Locação de imóvel para instalação de Promotoria de Justiça da comarca de Boa Vista do Ramos/AM.

INTERESSADA: Promotoria de Justiça da comarca de Boa Vista do Ramos/AM.

Trata-se de procedimento instaurado a pedido da Exma. Sra. Dra. Anne Caroline Amaral de Lima, Promotora de Justiça de Boa Vista do Ramos, nos autos do processo SEI nº. **2024.022156**, por meio do **MEMORANDO Nº 59.2024.01PROM_BVR.1468672.2024.022156** (1468672):

Memorando Nº 59.2024.01PROM_BVR.1468672.2024.022156

Ao Dr. ANDRÉ VIRGÍLIO BELOTA SEFFAIR

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

A par de cumprimentá-lo, venho, por meio deste, informar sobre a finalização da reforma da promotoria de justiça, a qual aguarda a visita técnica e reinstalação do cabeamento da internet para o retorno das atividades presenciais.

Na mesma oportunidade, solicita a instauração de procedimento específico para Locação de Imóvel para a promotoria de justiça de Boa Vista do Ramos, haja vista que se encontra em funcionamento em imóvel do Tribunal de Justiça.

Boa Vista do Ramos/AM, na data da assinatura eletrônica.

ANNE CAROLINE AMARAL DE LIMA

Promotora de Justiça

Em seguida, foi proferido por esta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos (SUBADM) o **DESPACHO Nº 791.2024.03AJ-SUBADM.1469100.2024.022156** (1469100), determinando à Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC, a instrução com as peças técnicas necessárias, visando a locação de imóvel na comarca de Boa Vista do Ramos para abrigar a Promotoria de Justiça.

Assim, este procedimento administrativo foi inaugurado por meio do **MEMORANDO Nº 455.2024.DEAC.1460748.2024.024244** (1460748), subscrito pela Ilma. Sra. Luciana de Souza Carvalho, Agente Técnico - Eng. Civil, lotada na Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC, em cumprimento da determinação do **DESPACHO Nº 791.2024.03AJ-SUBADM.1469100.2024.022156** (1469100), visando apresentar **Estudo Técnico Preliminar** (1460657) e **Projeto Básico** (1460737) para Locação de Imóvel em Boa Vista do Ramos para análise desta Assessoria Jurídica.

Analizados os documentos acima mencionados, considerando a presença dos requisitos exigíveis, a Assessoria Jurídica, por meio do **PARECER Nº 9.2024.03AJ-SUBADM.1470581.2024.024244** (1470581), manifestou-se conclusivamente opinando pela aprovação do **Estudo Técnico Preliminar** (1460657) e do **Projeto Básico** (1460737).

O supramencionado parecer foi acolhido por meio do **DESPACHO Nº 793.2024.03AJ-SUBADM.1470857.2024.024244** (1470857), sendo então autorizado o prosseguimento do feito com o encaminhamento dos autos à Comissão Permanente de Licitação para as providências de estilo.

Em seguida, foi proferido o **DESPACHO Nº 72.2024.CPL.1472788.2024.024244** (1472788), da lavra da Ilma. Sra. Sarah Madalena B. Côrtes de Melo, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, determinando o encaminhamento dos autos ao Setor de Compras e Serviços, Diretoria de Orçamento e Finanças e Divisão de Contratos e Convênios para coleta de informações com objetivo de instruir o processo.

Posteriormente vieram aos autos **QUADRO-RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 453.2024.SCOMS.1475821.2024.024244** (1475821), **Minuta de Contrato Administrativo** (1478644) e **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS / ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 522.2024.DOF - ORÇAMENTO.1480164.2024.024244** (1480164).

Ato contínuo, o **MEMORANDO Nº 8.2024.DCCON - CONTRATOS.1480181.2024.024244** (1480181), subscrito pelo Ilmo. Sr. Adenilson Roberto de Oliveira Filho, Chefe da Divisão de Contratos e Convênios, informou a elaboração da minuta de contrato administrativo supramencionada, asseverando a necessidade de apreciação da mesma pela assessoria jurídica desta SUBADM.

De igual modo, vieram aos autos a **Minuta de Edital 36** (1481369) e o **DESPACHO Nº 78.2024.CPL.1484939.2024.024244** (1484939), da lavra da Ilma. Sra. Kátia Regina da Silva Silvestre, Membro-Secretário da Comissão Permanente de Licitação e do Ilmo. Sr. Iury Fachine Ramos, Membro da Comissão Permanente de Licitação, determinando o encaminhamento dos presentes autos a esta SUBADM a fim de cumprir o disposto no art. 53 da Lei n.º 14.133/2021 e art. 37, *caput*, da Constituição Federal, quanto à emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo(a) Ordenador(a) de Despesas da **MINUTA DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO (doc. 1481369)** e da **Minuta de Contrato Administrativo (doc. 1478644)**.

Após análise da documentação carreada aos autos, a Assessoria Jurídica, por meio do **PARECER Nº 10.2024.03AJ-SUBADM.1493716.2024.024244** (1493716), concluiu da seguinte maneira:

4. CONCLUSÃO

Ex positis, esta Assessoria Jurídica **OPINA** pela **APROVAÇÃO** da **MINUTA DE EDITAL Nº 36.2024.CPL.1481369.2024.024244** (1481369), uma vez que esta reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie, conforme a legislação aplicável.

Em relação à **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO** (1478644), opina-se pela **APROVAÇÃO**, devendo apenas serem feitas as alterações de nomenclatura ao longo do instrumento contratual, denominando-se as partes "**LOCADOR**" e "**LOCATÁRIA**".

Por fim, destaca-se que o edital de chamamento público deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de que trata o art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no sítio eletrônico do órgão ou entidade responsável pelo procedimento, com antecedência mínima de oito dias úteis em relação à data da sessão pública de recebimento das propostas.

Assim sendo, pelos fatos e fundamentos carreados aos autos, esta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, por meio do Despacho Nº 857.2024.03AJ-SUBADM (1494450), **acolheu** na íntegra a peça opinativa supracitada e, por conseguinte, **aprovou** a **Minuta de Edital n.º 36.2024.CPL** (1481369) que tem como objeto a **locação de imóvel para atender às necessidades de instalação de Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas no município de Boa Vista do Ramos**, devendo oferecer um ambiente de trabalho adequado e seguro, promovendo condições ideais para o desempenho das atividades laborais internas e externas realizadas por membros, servidores e funcionários, além de atender adequadamente o público-alvo e resguardar os bens patrimoniais, por um período de 60 (sessenta) meses, considerando a presença dos requisitos exigíveis, com base no disposto na Lei n.º 14.133/2021.

Em relação à **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO** (1478644), esta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos se manifestou pela **APROVAÇÃO**, devendo apenas serem feitas as alterações de nomenclatura ao longo do instrumento contratual, denominando-se as partes "**LOCADOR**" e "**LOCATÁRIA**", conforme orientação da peça opinativa.

Ato contínuo, foi elaborado nova minuta de contrato, Minuta de Contrato Administrativo Nº 1.2024.DCCON - CONTRATOS (1495476), bem como publicado o Edital CHAMAMENTO PÚBLICO 97001-2025-CPL (1523155) e o Anexo Nº 1523158.2025.CPL (1523158), tendo sido recebidas duas manifestações, visando a *locação de imóvel para instalação de*

Promotorias de Justiça no município de Boa Vista do Ramos/AM, por 60 (sessenta) meses, conforme informado pelo Ofício Nº 57.2025.CPL (1554855).

Em resposta, a DEAC, após diligências de praxe, considerando as informações constantes do Relatório Fotográfico dos Imóveis (1560897) e do Resumo dos Imóveis e Área dos Ambientes (1560903), emitiu o LAUDO Nº 3.2025.DEAC (1590080) e o Anexo I - Metodologia (1590612), relativo ao imóvel de propriedade da Sra. Cheisa Cristina Rodrigues Cardoso, com proposta de locação no valor mensal é de R\$ 4.000,00 (1557370, fls. 12/13), tendo sido os autos devolvidos à Comissão Permanente de Licitação - CPL, por meio do Memorando Nº 146.2025.DEAC (1591094), e, posteriormente, encaminhados a esta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Assim, considerando a juntada do Laudo n.º 3.2025.DEAC (1590080), referente ao imóvel 2, da Sra. Cheisa Cristina Rodrigues Cardoso, constatou-se a ausência do Laudo referente ao imóvel 1, do Sr. Keiteney Dias Pereira, e de manifestação da Assessoria de Segurança Institucional (ASSINST) acerca das condições de segurança dos dois imóveis, razão pela qual **determinou-se** o retorno dos presentes autos à **Comissão Permanente de Licitação (CPL)** para adoção das providências necessárias, conforme **Despacho n.º 549.2025.01AJ-SUBADM (1656539)**.

Após o cumprimento das diligências determinadas, a Assessoria de Segurança Institucional - ASSINST juntou o **Memorando n.º 152.2025.ASSINST (2023718) indicando o imóvel 1**, situado na Rua Padre Gabriel, esquina com Rua Aday Kasuete Ono, s/nº, Bairro Esperança, por apresentar melhor localização e vizinhança, contando com espaço para estacionamento e situado em área próxima à sede da Prefeitura Municipal, Defensoria Pública e Delegacia.

Além disso, a Assinst registrou que o *Imóvel 2*, situado na Av. Manaus, nº 1166, Bairro Esperança, embora disponha de estrutura interna mais adequada, apresenta localização desfavorável, por encontrar-se afastado do centro da cidade e próximo à área conhecida como "Portelinha", marcada por elevado índice de criminalidade.

Dessa forma, considerando a análise técnica realizada pela Assessoria de Segurança Institucional – ASSINST, que desaconselha a escolha do Imóvel 2 em razão de fatores de risco e recomenda a seleção do Imóvel 1 por apresentar melhores condições de localização, segurança e entorno, cabe à Administração sopesar tais elementos à luz do interesse público que orienta a contratação.

No caso concreto, não basta que o imóvel possua estrutura física interna mais adequada, sendo igualmente imprescindível que se situe em área que garanta condições seguras de acesso e permanência para Membros, Servidores e jurisdicionados, em conformidade com os princípios da eficiência, da segurança e da continuidade dos serviços públicos.

À vista disso, e prevalecendo a proteção à integridade das pessoas e a conveniência administrativa, conclui-se que a proposta apresentada não atende plenamente ao interesse público, especialmente no que se refere aos requisitos de segurança e localização indispensáveis ao adequado funcionamento da unidade ministerial. Assim, revela-se necessária a **desclassificação da oferta**, por não reunir condições técnicas e ambientais compatíveis com as necessidades institucionais, devendo prevalecer a solução que priorize a segurança e a adequada prestação dos serviços.

Diante do exposto, com fundamento no artigo 26, § 2º, da Lei Complementar nº 011, de 17 de dezembro de 1993, e no artigo 4º do Ato n.º 076/2013-PGJ, **ACOLHO** a manifestação técnica da Assessoria de Segurança Institucional, por consequência, **DETERMINO** a desclassificação da proposta apresentada para o imóvel situado na Av. Manaus, nº 1166, Bairro Esperança.

RETORNEM os autos à Comissão Permanente de Licitação – CPL, para a devida cientificação formal das partes envolvidas.

Na sequência, **sigam os autos aos setores competentes**, para adoção das providências subsequentes:

- Ao Setor de Compras e Serviços (SCOMS)**, para a elaboração do Quadro-Resumo do Processo de Compra visando à contratação por inexigibilidade de licitação do imóvel, situado na Rua Padre Gabriel, esquina com Rua Aday Kasuete Ono, s/nº, Bairro Esperança, em conformidade com a legislação vigente;
- À Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF)**, para emissão da Nota de Autorização de Despesas;
- À Assessoria Jurídica**, para controle prévio de legalidade;

CUMPRASE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), na data de assinatura.

ANDRÉ VIRGÍLIO BELOTA SEFFAIR
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos



Documento assinado eletronicamente por André Virgílio Belota Seffair, Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, em 11/12/2025, às 16:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 2028692 e o código CRC 0322E8AD.